

Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008

Gênero, Educação e Violência No Campo

Marcílio José da Silva¹, Hulda Helena Coraciara Stadtler² (UFRPE)

Gênero;Educação;Violência.

ST 3 - As Múltiplas faces da Mulher Rural no Brasil

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo analisar as ações educativas de uma ONG Feminista numa perspectiva de redução da violência sobre as relações de gênero no campo. O Centro das Mulheres de Vitória de Santo Antão-CMV é o objeto de estudo, o trabalho educativo de formação política que desenvolve com um grupo de jovens na periferia do município constitui o ponto principal da análise, que busca entender a contribuição da ONG na redução da violência caracterizada pela inclusão das mulheres no ensino formal, pela melhoria da auto-estima, pelo empoderamento político que converge numa visão crítica sobre o mundo tornando o indivíduo capaz de transformar a própria realidade tanto em nível individual como coletivo. Esse estudo pretende fazer uma reflexão sobre os processos educativos com instrumentos para redução das desigualdades sociais e contribuir, com pesquisas e projetos de intervenção que buscam através da educação transformar as condições de vida de camadas populares situadas em áreas rurais seja por meio da geração de renda ou da modificação das relações humanas.

GÊNERO, EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA

Falar sobre as relações de gênero a partir da desigualdade entre o masculino sobre o feminino não significa uma grande descoberta, e sim a constatação de um problema existente na sociedade atual e que demanda reflexões e ações para tentar solucioná-lo. Contudo o conceito sobre desenvolvimento humano formulado pela Organização das Nações Unidas-ONU evidencia através de documentos a importância de incluir a questão de gênero como uma pauta urgente para a sociedade brasileira.

O desenvolvimento humano é uma perspectiva que aparece no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD³. Esse programa resulta do compromisso assumido pelos líderes mundiais de atingir os objetivos do milênio. Suas principais metas de desenvolvimento para 2015 são, a erradicação da pobreza e da fome, a universalização do acesso a educação primária, a promoção da igualdade entre gêneros, o pleno exercício da cidadania da mulher, a

redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/ AIDS, malária e outras doenças, bem como, a promoção da sustentabilidade ambiental.

Em 1990, o PNUD introduziu universalmente o conceito sobre o desenvolvimento das nações “o Desenvolvimento Humano Sustentável” DHS. Esse conceito defende e promove a adoção de Políticas Públicas que consideram as pessoas e não a acumulação de riquezas o próprio final do desenvolvimento. Seus princípios são, o desenvolvimento das pessoas por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas e direitos individuais. O desenvolvimento para as pessoas, considerando que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada equitativamente por cada um de seus membros. O desenvolvimento pelas pessoas, através da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo sujeitos e beneficiários.

Para aferir o grau de desenvolvimento humano sustentável de uma sociedade, o PNUD utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH. O IDH é um indicador elaborado pelo PNUD para medir o nível de desenvolvimento de uma sociedade onde são levados em consideração o Produto Interno Bruto PIB, ou seja, o somatório de riquezas produzidas pelo país, mais os critérios de longevidade e educação, considerados como dimensões essenciais a vida humana. O conceito de desenvolvimento humano sustentável surgiu no cenário nacional em 1996, quando foi produzido o primeiro relatório de desenvolvimento humano brasileiro, que revelou os desafios a serem enfrentados pelo país no combate a pobreza, a desigualdade e na melhoria da situação do meio ambiente, da governabilidade e dos serviços de saúde e educação.

Em 1998, o PNUD lançou o primeiro Atlas do desenvolvimento humano do Brasil fornecendo a sociedade uma ferramenta inovadora para desenhar e programar Políticas Públicas, ajudando a identificar as regiões, localidades e grupos que possuem o menor IDH. Como resultados foram identificados, as Regiões Norte e Nordeste com menor índice de desenvolvimento, as mulheres como grupo e categoria por gênero com menos acesso a educação e oportunidades sociais, a cor negra como grupo e categoria por raça que possui o menor IDH. Esses dados são relevantes por demonstrar no cenário nacional que a mulher negra, nordestina ou nortista constitui o grupo de menor IDH brasileiro sendo o alvo principal dos processos de exclusão social.

Nesse sentido é observado como as questões de gênero estão interligadas as desigualdades sociais em vários aspectos, sejam esses referentes à raça ou a classe social, a mulher está sempre em desvantagem em relação ao homem no acesso a educação, emprego e outros espaços sociais. Esse processo configura diferentes formas de violência que podem ser identificadas pelo PNUD e percebidas como problemas históricos que precisam ser enfrentados.

Gênero segundo Scott⁴ pode ser entendido como relações de poder que perpassam os papéis sexuais de homens e mulheres. É um ponto a partir do qual é possível compreender as estruturas de poder em que se organizam os sistemas políticos de várias sociedades. Gênero nessa concepção circunscreve não só o sistema político, mas que sob forma de discurso perpassa também o econômico, o jurídico e o educativo. É a forma principal de representação do poder na maioria das sociedades ocidentais. Os sistemas políticos de diferentes sociedades legitimam e concentram a figura masculina nos espaços de liderança e comando das nações. Esse processo faz sentido na medida em que é compreendido como meio de consolidação do poder e de controle da dinâmica social.

Essa perspectiva sobre gênero enquanto identidade em torno da qual se constitui os mecanismos de poder e controle social, do gênero masculino em detrimento do feminino, abre a possibilidade para questionar a transformação dessas identidades com relação à realidade atual e o discurso educativo, seja ele, nas suas expressões formais adotadas pelo Estado, ou informais adquiridos no cotidiano, ou por instituições, como as ONGs especificamente as de base feminista que tem trabalhado em favor do desenvolvimento através de ferramentas educativas na perspectiva do empoderamento político e da cidadania como meio de reduzir os contrastes decorrentes da violência.

Nesse contexto as análises serão realizadas a partir de uma ONG de base feminista que surge num período importante de mudança na relação do Estado com a sociedade. Em 1980, num período de transição política, de ascensão do regime democrático, a participação e os direitos de cidadania assumem lugar de destaque na nova conjuntura social produzindo mudanças em vários setores da sociedade.

Para Buarque⁵ a educação passa a ser considerada como um instrumento necessário para essa nova etapa da vida social, pois, sem ela não seria possível uma participação mais efetiva das pessoas na formulação de políticas que afetam diretamente suas vidas. Empoderamento e participação são idéias que argumentam sobre a possibilidade de autonomia das pessoas como forma de criar mecanismos para que as comunidades possam assumir uma postura crítica e reivindicativa junto aos governos e gestores públicos que decidem sobre orçamento e prioridades sociais. Esses conceitos se tornam recorrentes nos meios acadêmicos e políticos pelo seu caráter potencializador de mudanças.

Nessa perspectiva a educação passa a ser compreendida como instrumento capaz de trabalhar junto às pessoas a questão do empoderamento. Essa modalidade educativa recebe diferentes denominações como, educação não-formal, educação social, sua finalidade principal é fortalecer criticamente uma malha social composta pelas camadas sociais de pessoas excluídas, sem emprego, sem educação e tão pouco cidadania. Desse modo, se acredita que por meio dessas

práticas educativas se consiga atingir o empoderamento coletivo de comunidades com relação à autonomia necessária para geração de mudanças.

Educação não-formal é o conceito que busca definir as práticas pedagógicas das ONGs na atualidade, e será utilizado, para refletir sobre o trabalho executado pelo CMV numa perspectiva de reduzir a violência de gênero no campo.

Segundo Gohn⁶ A Educação não-formal constitui um processo de aprendizagem em várias dimensões, aprendizagem política dos direitos individuais enquanto cidadão, a capacitação para o trabalho por meio da aprendizagem de Habilidades e potencialidades, capacitação para organização das pessoas em torno de objetivos comunitários focados na resolução de problemas coletivos, educação para uma leitura crítica sobre o mundo.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O grupo escolhido foi composto de 09 jovens que tem sido participantes do Projeto Educar e acompanhados por 04 anos pelo CMV. Os critérios para seleção da amostra foram faixa etária, delimitando a idade entre 15 a 19 anos para os jovens que deram depoimento. A abordagem para trabalhar os dados da pesquisa, foi definida pela análise dos aspectos qualitativos da educação praticada pelo Centro das Mulheres de Vitória- CMV. Para a coleta de dados foram utilizados, um roteiro de entrevista semi estruturada e um rádio gravador. A observação etnográfica foi utilizada como suporte para captar elementos no local do estudo importantes para a pesquisa.

Um aspecto importante em alguns depoimentos é a demonstração de uma visão mais crítica sobre a temática política. Também foi observada uma relação entre os trabalhos do CMV e o interesse por continuar os estudos formais. O CMV trabalha não só conteúdos históricos, que ajudam os jovens estabelecer uma relação com a situação atual, mas também a percepção sobre discriminação e a privação de direitos. Esse aspecto confere relevância e estímulo para que jovens possam dar continuidade aos estudos e possam apreender mais. Esse fato sinaliza uma influência dos trabalhos do CMV no empoderamento em nível intrapessoal, aumentando a auto-estima dos educandos fazendo com que esses se sintam capazes de ter uma projeção do futuro diferente da situação em que se encontram hoje.

Essa percepção crítica sobre o papel das políticas públicas ou mesmo sobre a importância da temática política aparece nas falas tanto dos homens como das mulheres. A apropriação por gênero parece ser semelhante nessa temática trabalhada pelo CMV.

“No dia a dia principalmente na escola, porque ali eu vejo como a gente pode aprender mais sobre os direitos, a gente conversa muito na matéria de história. Aqui no centro, eu fiz um curso sobre os direitos do trabalhador que não são

respeitados. Na aula a gente fala disso com o professor, porque aqui na zona rural mesmo a maioria das pessoas que trabalha prus outros não tem carteira assinada”.
(F)

Algumas falas demonstram uma relação com os trabalhos do CMV como suporte para a elaboração de questões de auto-imagem, confiança em si mesmo, demonstrando como na interação com o CMV ficou fortalecida a confiança no que são capazes de fazer em favor de si mesmo e do grupo ao qual pertencem. Isso diz respeito tanto a uma possibilidade de projetar um futuro pessoal promissor, escolhendo com mais confiança alguma profissão, quanto dirigidas aos problemas comunitários, como participantes de fato nas decisões locais. Contudo, a ênfase nas falas é mais relevante para com as questões da auto-estima e do empoderamento intrapessoal como algo que antecede as questões coletivas que envolvem a comunidade e o bem estar de todos.

O interesse em estimular a participação de outros jovens em Pirituba se torna algo significativo com o melhoramento do estado psicológico individual dos jovens.

“Eu lembro do centro quando eu comecei a fazer parte das reuniões com os jovens aqui em Pirituba, e falei pra Mary que não estava conseguindo falar em público, e ela me disse que eu tinha que criar coragem para conscientizar meus amigos e pra eles acreditarem no que eu to dizendo né, aí depois comecei a me soltar mais e falar mais. Depois até algumas pessoas me procuram dizendo que estão interessadas e querem saber mais sobre o assunto”. (M).

Em alguns depoimentos, os trabalhos do CMV também aparecem como referência às questões de gênero (em destaque a gravidez na adolescência ou a violência), que revela ser um fato ainda comum nos contextos populares. Dessa forma há uma identificação dos jovens com as idéias discutidas no CMV. Gênero está mais facilmente identificado nas falas das mulheres através da relação que fazem com o cotidiano, com cenas de violência que são reproduzidas no Bairro e na própria família.

Essas observações levantam a indagação sobre os resultados práticos do trabalho do CMV na temática de gênero, levando em consideração que a perspectiva Feminista foi o fundamento que inclusive motivou a criação do CMV, mas na prática parece que nenhuma mudança significativa ocorreu. Entretanto, essas dificuldades de mudança podem ser explicadas por vários fatores, entre eles estão fatores históricos, que demonstram uma lentidão no processo de mudança que dizem respeito aos recursos humanos e financeiros que as ONGs tem para desenvolver seus trabalhos.

CONCLUSÃO

Foi identificado nas análises da pesquisa que a motivação individual das jovens pode propiciar o desenvolvimento de lideranças na comunidade capazes de incentivar a participação coletiva e organizada constituindo um elemento fundamental para que a comunidade tenha clareza sobre o que precisa ser feito para melhorar suas condições de vida.

Um elemento ligado ao empoderamento intrapessoal também foi observado como um dado relevante que pode contribuir com a redução da violência representada na falta de acesso a educação das mulheres no campo. A escolarização das mulheres, a consciência individual dos direitos, assim como, o discernimento dos processos históricos que explicam as desigualdades confere a essas, mais autonomia sobre as escolhas que pretendem fazer na vida. Entretanto, é preciso dizer que a mudança de percepção não significa mudança de atitude.

Esse processo acontece de forma lenta, onde elementos de resistência na comunidade e nos jovens tanto homens como mulheres, foram observados demonstrando contradições entre a teoria e a prática. Algumas atitudes individuais de mudança muitas vezes esbarram na falta de comprometimento da própria comunidade e de outros jovens, que muitas vezes até concordam com a pauta de reivindicação, mas não assumem posturas de enfrentamento ao problema

Referências Bibliográficas

BUARQUE, Cristina. Revista Trimestral de debate da FASE, anos 30, setembro/novembro de 2001. *ONGs no Brasil e a Questão de Gênero*, Cristina Buarque & Semira Vainsencher, Fundação Joaquim Nabuco, instituto de pesquisas sociais. N 123/2001, Recife, pg. 05-18., 2001.

GOHN, M. G. *Educação não-formal na pedagogia social*. AN. 01 Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, pg. 03 e 04, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil de 1960 – 2002*. pg. 07 e 08, 2002.

SCOTT, Juan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, 3ª edição, S.O.S. Corpo, Abril, pg. 07 e 08, 1996.

¹ Psicólogo, aluno do mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX)-UFRPE.

² Antropóloga, professora do mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEEX)-UFRPE.

³ PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Sintético das Atividades do PNUD no Brasil de 1960 – 2002**. pg. 07 e 08, 2002.

⁴ SCOTT, Juan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Recife, 3ª edição, S.O.S. Corpo, Abril, pg. 07 e 08, 1996.

⁵ BUARQUE, Cristina. Revista Trimestral de debate da FASE, anos 30, setembro/novembro de 2001. **90 ONGs no Brasil e a Questão de Gênero**, Cristina Buarque & Semira Vainsencher, Fundação Joaquim Nabuco, instituto de pesquisas sociais. N 123/2001, Recife, pg. 05-18., 2001.

⁶ GOHN, M. G. **Educação não-formal na pedagogia social**. AN. 01 Congresso Internacional de Pedagogia Social, São Paulo, pg. 03 e 04, 2006.